



FÓRUM DE DIREITO URBANO E AMBIENTAL - FDUA

122 Fórum de Direito Urbano e Ambiental (FDUA) Belo Horizonte, ano 21, n. 122, mar./abr. 2022

Para acessá-la, o usuário deve visitar a [página da biblioteca](#) no portal TCU, realizar o login, selecionar a opção *Biblioteca Digital Fórum* e seguir as instruções.

DOCTRINA

Commodities ambientais: o paradigma organicista como contraponto à privatização e financeirização da natureza

Amyra El Khalili

O papel do direito e das políticas públicas na promoção de uma matriz energética limpa e sustentável. A aproximação tridimensional (competição, sustentabilidade e segurança)

Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha, Guilherme Corrêa De Araujo

Como as cidades deveriam se expandir de acordo com a lei: a complexidade e excesso de burocracia na aprovação e registro do loteamento como possível causa de estímulo à informalidade

Vinícius Loss

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Direito Ambiental - Área de Preservação Permanente (APP) - Federalismo - Competência legislativa concorrente - Flexibilização de ocupação antrópica em APPs por meio de legislação estadual - Inadmissibilidade - Invasão de competência da União - Tema regulado de forma exauriente por legislação federal - Inconstitucionalidade formal

Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Direito Constitucional Ambiental - Redução do território da Área de Proteção Ambiental de Tamoios por meio de Decreto Estadual - Inobservância do princípio da reserva legal - Afronta ao dever de preservação e aos postulados da vedação do retrocesso e da proibição insuficiente - Artigo 225, caput, da Constituição Federal de 1988

Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Constitucional - Administrativo - Ação Civil Pública - Exploração mineral em terras indígenas - Autorizações de pesquisa e exploração minerária e requerimentos administrativos em curso - Nulidade de pleno direito - Cancelamento dos títulos - Requisitos estabelecidos pela Constituição Federal - Ausência de norma específica - Atividade econômica de alto impacto socioambiental - Impossibilidade de restrição apenas nas áreas de terras indígenas demarcadas - Eventual necessidade de licenciamento ambiental com consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas - Convenção nº 169, OIT

Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Direito Administrativo e Ambiental - Licenciamento ambiental - Unidade de reciclagem, tratamento e destinação final de resíduos - Proximidade

de unidade de conservação - Interior de Área de Proteção Ambiental - Competência para licenciamento - IBAMA - ICMBIO

Ementário

Tendências Jurisprudenciais

Informativo de legislação